

OCDE dá dicas para País crescer

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira depende da consolidação do ajuste fiscal, na avaliação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O crescimento de 2,5%, em média, desde 1995, aumentou a distância da renda per capita em relação aos 30 países-membros da organização. A renda per capita do brasileiro representa menos de 29% da média dos integrantes da OCDE, que reúne países desenvolvidos.

O País precisa resolver fraquezas políticas para elevar seu potencial de crescimento, segundo a organização. As três principais vertentes, de acordo com estudo divulgado ontem, são a melhora na qualidade do ajuste fiscal, o aumento do investimento em inovação no setor privado e a ampliação do emprego formal.

"O crescimento do Brasil tem sido bastante volátil e relativamente baixo nos últimos 25 anos. Isso tem feito o diferencial de renda per capita entre o Brasil e os países-membros da OCDE aumentar", afirmou Luiz de Mello, chefe da divisão para América do Sul do Departamento Econômico da OCDE.

Para a organização, o esforço fiscal deve ser mais focado no corte de despesas correntes do que no aumento da arrecadação



■ **BERNARD APPY AFIRMA QUE O ESTUDO DA OCDE ESTÁ EM LINHA COM AS PREOCUPAÇÕES DO GOVERNO**

de impostos. O limite no crescimento da despesa seria a saída para estancar o crescimento das despesas correntes. A organização recomenda que o teto de despesas na Lei de Diretrizes Orçamentárias seja definido em termos nominais, e não em relação ao PIB, porque a inflação já está amarrada à meta.

A organização sugere ainda a

definição de metas para o déficit nominal, que permaneceu em 3% do PIB, em média, no período de 2004 a 2005. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que o terceiro estudo da organização sobre a economia brasileira está em linha com as preocupações do governo.

Ele evitou, no entanto, co-

mentar as principais propostas e se limitou a afirmar que a manutenção do superávit primário no nível atual leva a uma redução significativa da relação dívida/PIB.

Questionado sobre quando sairá o pacote de medidas para redução de despesas, afirmou que se trata, na verdade, de um pacote de desenvolvimento.